

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH  
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS AFRICANOS E AFRO  
BRASILEIROS

**ELIANE RAMIRA SOUSA LOPES**

**CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO (CCN-MA): suas práticas  
e lutas por direito**

São Luís  
2024

**ELIANE RAMIRA SOUSA LOPES**

## **CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO (CCN-MA): suas práticas e lutas por direito**

Monografia apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros junto ao Campus de São Luís da Universidade Federal do Maranhão.

Orientadora: Prof. Dr. Carlos Benedito Rodrigues da Silva.

São Luís  
2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a). Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Lopes, Eliane Ramira Sousa.

CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO CCN-MA : suas práticas e lutas por direito / Eliane Ramira Sousa Lopes. - 2024.

47 p.

Orientador(a): Carlos Benedito Rodrigues da Silva.  
Monografia (Graduação) - Curso de Estudos Africanos e Afro-brasileiros, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Centro de Cultura Negra. 2. Escravidão. 3. Lutas populares. 4. Movimento Negro. I. Silva, Carlos Benedito Rodrigues da. II. Título.

**ELIANE RAMIRA SOUSA LOPES**

## **CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO (CCN-MA): suas práticas e lutas por direito**

Monografia apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado Interdisciplinar em Estudos

Africanos e Afro-Brasileiros junto ao  
Campus de São Luís da Universidade  
Federal do Maranhão.

Apresentado em: de de 2024.

## **BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Carlos Benedito Rodrigues da Silva (Orientador)**

Doutor em Ciências Sociais  
Universidade Federal do Maranhão

**Profª. Ma. Maria da Guia Viana.**

Mestra em Educação  
Universidade Federal do Maranhão.

**Profª. Ma. Fernanda Lopes Rodrigues**

Mestra em Educação  
Universidade Federal do Maranhão

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pelas bênçãos recebidas durante minha caminhada de vida e acadêmica, gratidão pela intercessão de Nossa Senhora pelas graças concedidas, agradecida pelo fechamento deste ciclo.

Ao meu marido Leandro Rocha, pelo companheirismo, força e incentivo a todos os projetos que me proponho a realizar.

Aos meus pais, Glória Lopes e Antônio Lopes, por todo amor, apoio e ensinamentos de vida.

Aos meus irmãos e irmãs: Elisangela Rafaela, Elislandya Raquel, Elymarcos Roberto, Elexandro Roberth, Elany Régia, Elycarlos Régis pelos incentivos em todos os momentos de minha vida.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas: Rafael, Larissa, Nathália, João Vitor, Juliana, Ana Raquel, Lucas, Roberth, Davi, Driely e Adriane pelos ensinamentos sobre doação e dedicação.

Aos meus cunhados e cunhados: Soares, Patrícia, Max, Adriana, Camila e Afonso pela ajuda sempre que precisei.

Aos meu colega de curso Dionézio, pelo carinho, força e ensinamentos compartilhados.

Agradeço ao meu orientador Carlos Benedito Rodrigues da Silva, pelo estímulo, ajuda e conhecimento transmitido.

A todos os professores do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, em especial a Rosenverck Estrela Santos, Kátia Evangelista Régis e Marcelo Pagliosa Carvalho, por todo incentivo e aprendizado dividido durante a caminhada no curso.

Estamos lutando por uma sociedade em que o povo deixará de pensar em termos de cor. Não é uma questão de raça, é uma questão de ideias.

Nelson Mandela

## **RESUMO**

O referido estudo faz uma reflexão acerca da importância do movimento negro enquanto instrumento de resistência e luta na formação emancipatória dos afro brasileiros por meio das práticas e ações sociais e educativas do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA). A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar as práticas e ações sociais e educativas do Centro de Cultura Negra do Maranhão para a construção e valorização da identidade negra. Realizou-se a pesquisa bibliográfica com estudo descritivo através da consulta a livros, teses e dissertações, bem como artigos científicos tendo como principais teóricos: Moura (2020, 2001, 1983); Munanga (2019); Gomes (2017, 2019); Munanga e Gomes (2006); Regis, Pagliosa e Souza (2016), Gomes (2012; 2017; 2019), dentre outros. Adotou-se ainda a abordagem qualitativa, de cunho exploratório, bem como a pesquisa de campo, tendo como instrumentos de coleta de dados a entrevista e questionário aplicados a alguns membros do CCN-MA. Dessa forma, este trabalho inicialmente discorreu sobre os aspectos sócio-históricos da escravidão de forma geral, e como as lutas populares contra a escravidão e o pós-abolição. Apresentou ainda a luta dos movimentos negros no Brasil no enfrentamento ao racismo, a opressão e a exclusão. Trouxe também a história do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA) abordando suas práticas e lutas por direito da população negra. Assim, a partir desse estudo, afirma-se que é de suma importância refletir/discutir acerca do racismo institucional, assim como a desigualdade étnico racial, as quais a população negra está inserida.

Palavras-chave: Movimento Negro. Centro de Cultura Negra. Escravidão. Lutas populares.

## **ABSTRACT**

This study reflects on the importance of the black movement as an instrument of resistance and struggle in the emancipatory formation of Afro-Brazilians through the social and educational practices and actions of the Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA). The present research had the general objective of analyzing the social and educational practices and actions of the Centro de Cultura Negra do Maranhão for the construction and valorization of black identity. Bibliographical research was carried out with a descriptive study through consultation of books, theses and dissertations, as well as scientific articles with the main theorists: Moura (2020, 2001, 1983); Munanga (2019); Gomes (2017, 2019); Munanga and Gomes

(2006); Regis, Pagliosa and Souza (2016), Gomes (2012; 2017; 2019), among others. A qualitative, exploratory approach was also adopted, as well as field research, using interviews and questionnaires applied to some members of the CCN MA as data collection instruments. Thus, this work initially discussed the socio historical aspects of slavery in general, and the popular struggles against slavery and post-abolition. It also presented the struggle of black movements in Brazil in confronting racism, oppression and exclusion. It also brought the history of the Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA) addressing its practices and struggles for the rights of the black population. Thus, based on this study, it is stated that it is extremely important to reflect/discuss about institutional racism, as well as ethnic-racial inequality, in which the black population is included.

Keywords: Black Movement. Black Culture Center. Slavery. Popular fights.

### **LISTA DE SIGLAS**

ACN Associação Cultural do Negro

CCN-MA Centro de Cultura Negra do Maranhão

FCP Fundação Cultural Palmares

FNB Frente Negra Brasileira

IPCN Instituto de Pesquisa das Culturas Negras IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística MNU

Movimento Negro Unificado

MNUCDR Movimento Negro contra a Discriminação Racial

PVN Projeto Vida de Negro

SMDDH Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos TEN

Teatro Experimental do Negro

### **SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>	<b>2</b>
<b>ASPECTOS SOCIO-HISTÓRICOS SOBRE A ESCRAVIDÃO .....</b>	<b>15</b>	<b>2.1</b>
Contextualização histórica sobre a escravidão no Brasil.....	15	2.2
Lutas populares contra a escravidão .....	18	2.3
Pós-abolição e as lutas da população negra.....	22	3
<b>MOVIMENTOS NEGROS NO BRASIL: luta e resistência .....</b>	<b>26</b>	<b>4</b>
<b>CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO (CCN-MA): práticas e</b>		
<b>lutas por direito.....</b>		
31 4.1 Programas e Projetos sociais e culturais .....	33	
<b>5 ANÁLISE E DICUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>37</b>	<b>5.1</b>
Análise dos dados do CCN-MA.....	37	6
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>43</b>	
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		
45 <b>APÊNDICE A –</b>		
<b>QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>49</b>	

## 1 - INTRODUÇÃO

As discussões sobre o racismo no Brasil, devido a atual conjuntura, têm sido disseminadas, por diversos atores, que incluem os coletivos de luta contra as práticas racistas, como o Movimento Negro, a sociedade civil organizada, as universidades, sobretudo as públicas, entidades governamentais, entre outros.

Essas discussões apresentam-se de forma polarizada, conforme o campo de forças no qual se dão.

Contudo, essas questões que legitimam ou refutam a existência do racismo e a importância da raça como conceito analítico a respeito da realidade social brasileira, fica muito no campo das ideias, e pouco se traz a discussão sobre o racismo institucional, sendo este um dos mais graves e que opera negativamente aumentando o abismo e as disparidades sociais entre as populações negra e branca.

Assim, torna-se emergente refletir sobre as diferentes situações vivenciadas pela população negra cotidianamente na sociedade brasileira, onde se perpetuam formas desiguais da distribuição de serviços, e de acesso aos benefícios e oportunidades, seja no mercado de trabalho ou no processo educativo.

Partindo deste pressuposto é que se evidencia que as lutas contra o preconceito racial tão evidenciado pelo movimento negro, ainda têm pela frente uma forte batalha, pois a ideologia racista, que assume diversas facetas, encontra-se bastante arraigada na estrutura da sociedade brasileira.

A história das lutas da população negra no enfrentamento ao racismo e toda forma de opressão, violência, segregação e exclusão, que esta população vivencia desde as Eras colonial, republicana, e mesmo o contexto atual, foi um fator importante para a escolha do tema.

Esta escolha do objeto de pesquisa ocorreu devido a trabalhos realizados em conjunto entre a pesquisadora e membros do grupo de dança afro Abanjá, do Centro de Cultura Negra do Maranhão, atividades estas realizadas em escolas do ensino médio com o intuito de construir a valorização da identidade negra entre os adolescentes, com discussões sobre a desigualdade racial, suas origens e suas consequências.

Nesse sentido, o presente trabalho justifica-se pela relevância de demonstrar a trajetória de lutas pelo direito da população negra por meio do Centro de

cultura negra do Maranhão (CCN-MA), lutas essa que se intensificaram a partir da década de 1990 que desencadeou em políticas de ações afirmativas e na elaboração de políticas públicas específicas, visando reparar os prejuízos causados historicamente a essa população.

Diante deste contexto, surge o seguinte problema: De que forma o movimento negro por meio do Centro de cultura negra do Maranhão (CCN-MA) busca garantir a dignidade e direitos a toda à comunidade negra?

O objetivo geral da pesquisa foi analisar as práticas e ações sociais e educativas do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA) para a construção e valorização da identidade negra. E, como objetivos específicos: compreender os aspectos socio-históricos sobre a escravidão; descrever acerca dos movimentos negros no Brasil; apresentar o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA), na luta por direitos, no combate ao racismo e busca de representatividade da população negra.

A metodologia utilizada, neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica com aprofundamento sobre a temática, através do levantamento, leitura e análise da documentação pertinente e necessária ao desenvolvimento do tema; bem como análise dos trabalhos disponibilizados em bibliotecas digitais baseada em textos impressos e eletrônicos, tendo como referenciais teóricos como: Moura (2020, 2001, 1983); Munanga (2019); Gomes (2017, 2019); Munanga e Gomes (2006); Regis, Pagliosa e Souza (2016), Gomes (2012; 2017; 2019), dentre outros. A partir das obras analisadas, os dados, após seleção e análise crítica, foram interpretadas, relacionados entre si, para a redação dos resultados e discussões.

A pesquisa bibliográfica visa compreender os fundamentos teóricos relacionados ao tema pesquisado, e conforme Marconi e Lakatos (2021, p. 176): “[...] a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses [...]”.

13

Adotou-se a abordagem qualitativa, de cunho exploratório que segundo Gil (2019, p. 49) “[...] tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, aprimorando as ideias ou a descoberta de instituições”. Dessa forma, esse tipo de pesquisa possibilita ao pesquisador a análise de informações a partir do problema em estudo.

Sendo ainda de abordagem qualitativa, conforme Richardson (2017) pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos.

Foi empregada ainda a pesquisa descritiva a partir de seus objetivos, ou

seja, volta-se para descrever as particularidades do fenômeno ou populações, com estabelecimento de relações entre as variáveis. Nesse sentido, Cervo (2007) “[...] destaca que a mesma busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades complexa”.

Utilizou-se também a pesquisa de campo, a qual passou por alguns contratempos, devido a dificuldade de obter informações. O primeiro contato da pesquisadora foi com um membro do CCN, o qual se disponibilizou a responder as perguntas, em seguida, informou o whatsapp do coordenador, porém, este passou o contato da outra coordenadora, pois comunicou que estava muito ocupado e a outra coordenadora poderia atendê-la. Essa, igualmente ao primeiro coordenador, também respondeu está muito ocupada e distante do Centro de Cultura Negra do Maranhão, ofereceu o contato do coordenador, o qual já havia acontecido uma conversa via whatsapp. Então a pesquisadora respondeu já ter falado com ele e estava aguardando algumas semanas, assim a pesquisadora ficou na espera dos dois coordenadores.

Após algumas semanas, o coordenador despachou a pesquisadora, passando o contato de outra coordenadora e de um membro do CCN. A terceira coordenadora se apresentou indisponível, e após três meses o membro do Centro de Cultura Negra, se disse possibilitado a responder as perguntas, após este contato, foi se formando uma rede de relações sociais, permitindo a pesquisadora ir em busca de outros membros do CCN. Contudo, percebeu-se a dificuldade de encontrar pessoas disponíveis a dar entrevistas, pois entre os onze integrantes do CCN, que a pesquisadora entrou em contato, quatro tiveram disponibilidade em respondê-la.

14

Assim a pesquisa de campo foi realizada por meio de duas entrevistas e dois questionários a alguns membros do CCN- MA. O questionário utilizado foi elaborado com questões abertas para a obtenção das informações relacionadas ao tema.

A entrevista foi do tipo despadronizada ou não-estruturada e focalizada, ou seja, aquela em que o entrevistado tem a liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada, conforme o assunto focado. É uma forma de explorar mais amplamente uma questão e em geral as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal. (Marconi; Lakatos, 2013).

Para análise e representação dos dados, as informações levantadas foram



organizadas e discutidas de acordo com os objetivos propostos neste trabalho.

O trabalho encontra-se estruturado de forma a se obter o bom entendimento do mesmo, conforme se observa nas seções propostas. A primeira seção apresenta a introdução, onde se faz uma abordagem geral do conteúdo, expondo a problemática da pesquisa, a metodologia utilizada, os objetivos, bem como a estruturação do trabalho.

Na segunda seção discorreu-se sobre os aspectos socio-históricos da escravidão; apresenta ainda um breve olhar sobre a escravidão no Brasil, bem como as lutas populares contra a escravidão e o pós-abolição. A terceira seção traz a luta dos movimentos negros no Brasil no enfrentamento ao racismo, a opressão e a exclusão.

Na quarta seção versou-se sobre a historicidade do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA) abordando suas práticas e lutas por direito da população negra.

A quinta seção refere-se a conclusão do trabalho destacando as considerações finais e ressaltando as contribuições da pesquisa realizada e também sugestões para possíveis trabalhos futuros.

15

## **2 ASPECTOS SOCIO-HISTÓRICOS SOBRE A ESCRAVIDÃO**

Na presente seção será apresentada uma discussão sobre o/a negro/a no Brasil. Desta forma, levou-se em consideração os aspectos históricos e sociológicos para melhor entendimento do objeto de pesquisa. Assim, foi abordado primeiramente acerca da contextualização histórica da escravidão no Brasil tendo por base teóricos que tratam do assunto, discorreu-se ainda sobre as lutas populares contra a escravidão, como também o pós-abolição e as lutas da população negra contra as desigualdades, abusos e discriminações que reforçam a invisibilidade social do/a negro/a no Brasil.

### **2.1 Contextualização histórica sobre a escravidão no Brasil**

A história que retrata sobre a população negra brasileira é descrita por narrativas que descrevem os negros como sujeitos dominados e submissos em meio a um jogo de interesses. Moura (2020, p. 82), ressalta que a escravidão no Brasil surgiu de fenômenos diferentes, porém relacionados.

A escravidão no Brasil surgiu de dois fenômenos distintos, mas convergentes. De um lado, foi a continuação do desenvolvimento interno da sociedade colonial nos moldes em que se vinha realizando a sua evolução nas primeiras décadas que, de simples aglomerado de feitorias atomizadas no vasto território, transformou-se em donatária com sistema de estratificação social fechado em estrutura praticamente feudal. [...] de outro lado, foi consequência dos interesses

das nações colonizadoras em fase de expansão comercial e mercantil.

Ao descrever esse fenômeno Moura (2020) evidencia que a escravidão foi uma extensão desenvolvimentista da sociedade colonial, um modelo que já vinha sendo realizado em outras décadas e outros espaços, bem como os interesses dos povos colonizadores em expandir o comércio e a mercantilização.

De acordo com o IBGE, dos países do continente americano, o Brasil foi o que mais importou africanos escravizados entre os séculos XVI e XIX. Nos períodos de 1531-1575 a 1771-1780 vieram para cá cerca de 4 milhões de africanos entre homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro. (IBGE, 2000).

Quando Portugal em meados do século XV, inicia suas primeiras tentativas de inserção na África e posteriormente no Brasil, recebe total apoio da

16

Igreja católica, pois seria uma forma de disseminar o cristianismo pelo mundo, e dessa forma, fundamentada nas sagradas escrituras, permitiu o processo de escravização dos povos da África. (Gennari, 2011).

Conforme destaca Souza (2023), a escravidão no Brasil iniciou com a produção açucareira, na primeira metade do século XVI, onde os portugueses traziam os negros da África para utilizar como mão de obra escrava nos engenhos de açúcar do Nordeste, e os vendiam como se fossem mercadorias, sendo que os mais saudáveis eram vendidos pelo dobro daqueles mais velhos ou considerados mais fracos.

Assim que chegavam ao Brasil, os africanos eram levados para tomarem banho, cortar cabelo, fazer barba e tinham suas vestimentas trocadas para assim, serem preparados para a venda. Alguns chegavam muito debilitados e doentes e eram isolados para que pudessem receber cuidados médicos e alimentação adequada para que pudessem se recuperar logo para a venda. Uma parte dos negros eram levados em comboios para as cidades do interior ou comprados por tropeiros de outros Estados, constituindo, desse modo, o tráfico interno de africanos escravizados (Mattos, 2012).

Segundo Mattos (2012), essas embarcações eram totalmente desconfortáveis e penosas, os negros viajavam nos porões dos navios amontoados, e em condições desumanas, no qual se espremiavam para conseguir um lugar para dormir no chão durante a viagem. Sendo que grande parte do tempo eles permaneciam acorrentados, e na hora do embarque, ou mesmo quando ainda estavam nos barracões, eram marcados a ferro quente com as iniciais de seus respectivos proprietários.

Então, enfatizando o que o autor acima descreve, Souza (2012) salienta que a viagem para as Américas, principalmente para a colônia brasileiras nos navios negreiros era bem degradantes. O espaço que se destinava aos cativos era mínimo, e com péssimas condições de higiene, sendo organizados de maneira que acomodasse o maior número de africanos. Ressaltando ainda, que as epidemias eram bastante comuns nessas viagens e muitos acabavam morrendo por causa das doenças.

Assim, pode-se perceber que devido às péssimas condições em que viajavam, grande parte dos negros morriam durante as viagens, pela insalubridade existente nos porões dos navios, por doenças que contraíam, pela má alimentação,

17

ou mesmo pelas chibatadas que levavam, entre várias outras razões que os colocavam em situação degradante, sendo que os negros que morriam no decorrer da viagem tinham seus corpos lançados ao mar.

Nas fazendas de açúcar ou nas minas de ouro, os negros (as) eram tratados de forma desumana. Passavam as noites nas senzalas acorrentados para evitar fugas, e com frequência eram castigados fisicamente. Ainda tinha o fato de serem proibidos de praticar suas crenças religiosas, eles tinham que seguir a religião imposta pelos senhores de engenho, e adotar a língua portuguesa na comunicação. No entanto, apesar das proibições e restrições, os negros nunca deixaram de realizar seus rituais, suas festas e representações artísticas que faziam parte de sua cultura. (Souza, 2023).

Cabe ainda mencionar que os aspectos econômicos de produção escravista, dos séculos XV e XIX, configurou-se como um dos meios mais rentáveis ao atingir uma escala industrial mercantilista com o tráfico negreiro, pois, de acordo com Gomes (2019), foram aproximadamente 12,5 milhões de africanos, aprisionados pelos colonizadores europeus. Desse modo, a escravidão constituiu-se como uma grande indústria, tendo em vista, o enorme número de africanos tirados de suas terras, de suas origens, cultura, religião, caracterizando assim, a diáspora baseada na exploração do trabalho servil.

O trabalho escravo no Brasil era utilizado de várias formas, desde a produção de açúcar aos trabalhos domésticos. Sendo que na produção de açúcar os homens faziam os trabalhos mais pesados, enquanto as mulheres eram responsáveis pelo corte e produção do açúcar. Nos trabalhos domésticos, os homens eram responsáveis pelo corte de lenha, confecção de cercas, perfuração ou escavação de poços. Já as mulheres trabalhavam como cozinheiras, arrumadeiras e até mesmo amas de leite, porém, a grande maioria era aproveitada em serviços de natureza rural. (Mattos, 2012).

Em 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil e, assim, com a abertura dos portos ao comércio internacional, as importações de escravos aumentaram bastante, e a partir, de 1810 a maior procura passou a ser das fazendas de café. Os escravizados tinham uma rotina de trabalho muito exaustiva nas fazendas de café, pois, acordavam muito cedo, se deslocavam aos cafezais a pé ou em carros de boi e trabalhavam mais de 12 horas por dia. E, ao retornar a

18

sede da fazenda, à noite, ainda eram obrigados a cozinhar, cortar lenha e torrar o café (Mattos, 2012).

Ainda de acordo com Mattos (2012), os negros escravizados também eram aproveitados em trabalho de aluguel, onde o proprietário alugava seu escravo para outras pessoas, sendo também utilizados em serviços mais simples como pedreiros, lavadeiras, carregadores e quitandeiras, bem como em tarefas mais específicas como ferreiro, sapateiro, barbeiro, alfaiate, dentre outros.

Portanto, pode-se perceber que a mão de obra escrava no Brasil foi empregada em grande proporção para o fortalecimento comercial e econômico do país, sendo dessa forma, utilizada em diversas tarefas, desde as rurais às urbanas.

## **2.2 Lutas populares contra a escravidão**

A história dos negros no Brasil não foi marcada apenas pela submissão, mas também, por muita resistência à escravização, como lutas, fugas individuais ou coletivas, revoltas e a formação de grupos compostos pelos escravos fugitivos.

De acordo com Leite (2017) as rebeliões e os tipos de resistências do negro no Brasil foram tão intensos quanto a própria escravização. Mesmo diante de tanta opressão, os negros organizaram diversas formas de resistência, recusavam fazer os trabalhos a que eram submetidos, destruíam ferramentas e plantações e, por muitas vezes, agrediram seus senhores individualmente ou através de organizações coletivas.

Ressaltando ainda, que todas as manifestações e resistências que planejaram visavam à reconquista da liberdade. Essas articulações de lutas dos negros escravizados, precisam ser analisadas do ponto de vista da resistência negra, haja vista, que durante todo o período do modo de produção escravocrata, os negros sempre se articularam na perspectiva de retomarem a condição de sujeitos livres. (Munanga; Gomes, 2006).

A fuga era um dos meios de resistência à escravidão mais frequente, sendo que eles costumavam fugir em grupos, o que acabava originado na formação de

quilombos. No entanto, algumas fugas eram feitas de forma individual, onde os fugitivos buscavam abrigo na residência de algum liberto, ou mesmo iam para outra região, ou ficavam em áreas periféricas da cidade. Para não serem presos, os escravos fugidos fingiam ser negros libertos, desempenhando algum tipo de

19

atividade para sua sobrevivência e fazendo parte do cotidiano periférico urbano. (Leite, 2017).

Assim, no Brasil, teve-se a presença articulada negra nos quilombos <sup>1</sup> como movimento organizado:

O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando sua roça, construindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíu-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate de uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava. (Moura, 2020, p. 163).

Os quilombos, então, se tornaram verdadeiras fortalezas, sendo uma opção para os negros se unirem e se defenderem da escravidão, buscando alternativas de segurança e convivência, de acordo com suas culturas e diversidades, em prol da sobrevivência.

Segundo Moura (2001), o quilombo foi a negação da sociedade escravista até então vigente, ou seja, o quilombo era o espaço social que representava a manifestação e a afirmação da luta contra as condições de vida do negro, definidas pelo escravismo. E dessa forma, constituía-se como uma unidade básica de resistência do escravizado.

Pode-se dizer que, a formação de quilombos, é uma das primeiras iniciativas de defesa e também de reivindicação por territorialidade, pois, mesmo após a abolição da escravidão, os negros continuaram sendo tratados como inferiores e colocados à margem da urbanização e da sociedade como um todo.

Pode-se enfatizar dessa forma, que os quilombos como símbolo de liberdade, acolhiam não somente escravos fugitivos, e os indígenas, mas também todos aqueles diversos grupos excluídos e insatisfeitos com a colonização, como desertores do serviço militar, criminosos, e negros alforriados marginalizados. Organizavam-se enquanto polo defensivo. Porém, articulavam-se com os demais segmentos vulneráveis do sistema colonial, que refugiavam-se nesses espaços.

<sup>1</sup>Segundo os estudos de Viana (2015) *kilombo* é uma palavra original do povo *Banto Umbundo* e referencia uma instituição social, política e militar conhecida na África Central. Do mesmo modo, os quilombos organizados no Brasil trazem a mesma perspectiva do Continente africano, uma organização de luta e articulação entre homens e mulheres que eram contra o sistema escravocrata.

Viana (2015) destaca que o primeiro e mais conhecido quilombo brasileiro foi o de Palmares, no estado de Alagoas, que cresceu se dividindo em outros quilombos que acolhiam milhares de pessoas aquilombadas e articuladas politicamente em dimensão política, militar, econômica e social.

A formação do Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, onde hoje localiza-se o Estado de Alagoas, foi uma rede de povoados, com milhares de habitantes; certamente a mais importante sociedade de negros do período. Construído no início do século XVII, sobreviveu aos ataques de portugueses e holandeses por quase cem anos, vindo a ser extinto em 1695, pelas tropas do bandeirante Domingos Jorge Velho.

Em relação a quantidade de pessoas que fizeram parte do quilombo dos Palmares, Gomes (2019), destaca que ele foi composto por uma população de aproximadamente entre seis e dez mil pessoas, e era constituído por diversas aldeias ou mocambos, sendo que cada aldeia tinha seu respectivo chefe, constituído por homens e mulheres e todas eram dirigidas por uma comunidade principal, onde encontrava-se o líder do quilombo.

De acordo com Moura (2019), através da adesão de escravizados e escravizadas dos engenhos, da aliança com índios, brancos pobres e perseguidos e de membros de outras etnias discriminadas, Palmares chegou a ter entre 20 000 a 25 000 habitantes, população que, ao nível de povoamento da época e da região, era desafiadora para o sistema escravista. Palmares transformou-se no maior obstáculo ao desenvolvimento e à estabilização do escravismo na região, que era, àquela época, a mais importante para o desenvolvimento desse tipo de economia.

Moura (2021) ressalta ainda, que o quilombo do Ambrósio, em Minas Gerais chegou a reunir mais de dez mil aquilombados, sendo que sua população poderia ter chegado a vinte mil (20.000), localizado entre os municípios de São Geraldo e Ibiá.

De acordo com Mattos (2012) entre os anos de 1645 e 1678, o quilombo de Palmares foi liderado por Ganga Zumba, que devido as insistentes investidas militares dos portugueses que queriam destruir Palmares, fez um acordo com o Governador de Pernambuco, Aires de Souza e Castro. Porém, o acordo não foi cumprido pelo Governo pernambucano e os quilombolas que se dirigiam a Cucaú foram reescravizados.

Mattos (2012) relata ainda, que pelo fato da discordância e do fracasso de

acordo de paz proposto ao Governo de Pernambuco, Ganga Zumba acaba sendo assassinado pelo seu sobrinho Zumbi e por outros quilombolas. Desse modo, com a morte de Ganga Zumba em 1678, seu sobrinho Zumbi assume a liderança de Palmares.

No entanto, depois de diversas tentativas de ataques dos portugueses, Palmares foi destruído em 1695 por uma expedição comandada pelo paulista Domingos Jorge Velho. Assim, nesse conflito, vários negros foram mortos e outros voltaram a ser escravizados. Apesar de conseguir fugir, Zumbi foi preso em 20 de novembro de 1695, ele foi morto e teve a sua cabeça decapitada e exposta em público. (Mattos, 2012).

Outra forma de luta realizada pelos negros escravizados eram as rebeliões. Na Bahia no início do século XIX, cerca de 30 rebeliões ocorreram ou foram tramadas, sendo impedidas pela ação policial. A mais notória insurreição foi a Revolta dos Malês<sup>2</sup>, em 1835. Levando em consideração a Independência do Haiti, que no início do século XIX foi conduzida pelos escravizados, resultando no fim da escravidão, esses levantes criavam o temor da repetição de um evento semelhante no Brasil.

Outro movimento importante de luta e resistência contra a escravidão, foi a Balaiada que ocorreu no Maranhão na primeira metade do século XIX, uma das principais revoltas, que teve Cosme Bento das Chagas, o Negro Cosme como um dos principais líderes balaios. Registram-se ainda, vários episódios marcantes da resistência negra ocorridos no Maranhão durante o período escravista, resultando na formação de quilombos em várias regiões do estado, como na Baixada Maranhense, em Codó, nos vales do Turiaçu, entre outras. (Regis; Pagliosa; Souza, 2016).

<sup>2</sup> A Revolta dos Malês foi uma revolta organizada e dirigida por africanos, escravizados ou livres, cujo objetivo era a abolição da escravidão e a africanização da Bahia. A revolta fez surgir novamente o medo junto à classe exploradora escravocrata brasileira da repetição em solo nacional da Revolução do Haiti, que exterminou e expulsou da ilha das Antilhas quase toda a população branca. Outra característica peculiar da Revolta Malê foi o fato de os escravos que dela participaram serem em sua maioria muçulmanos. Malê era o nome dado a todo escravo, de qualquer etnia, que professasse a religião muçulmana e soubesse ler e escrever em árabe. (Cairus, 2002, p. 26).

### **2.3 Pós-abolição e as lutas da população negra**

A partir de meados do século XIX, influenciado também pela opinião popular e por várias camadas da sociedade contrárias à escravidão, surgem os primeiros conflitos entre uma nova classe não ligada ao sistema escravista formada

por intelectuais, jornalistas, médicos, engenheiros, advogados, funcionários públicos, professores, imigrantes, negros, dentre outros; e a classe agrária, escravagista influenciando no processo de abolição que perdurou por vários anos.

Segundo Gennari (2011), as principais causas do fim do sistema escravocrata no Brasil foram cinco. São elas: os interesses econômicos das principais potências capitalistas da época; as possibilidades de investimento; a política migratória dos países europeus; a campanha abolicionista, que cada vez mais ganhavam novos adeptos; além do número cada vez maior de fugas dos negros escravizados.

Para Moura (1981), os aspectos fundamentais que determinaram a abolição da escravidão no Brasil se dividiam em externas e internas. Sendo as causas externas divididas em seis pontos: a pressão política e militar da Inglaterra; o desenvolvimento do mercado produtor de açúcar em outras regiões; o aparecimento de um produto que iria substituir o açúcar de cana; as investidas de políticas migratórias dos países europeus; os interesses das nações capitalistas; e a necessidade dos ingleses em ampliar o mercado de consumo brasileiro.

Em relação às causas internas, estas foram classificadas em oito, sendo elas: a abolição do tráfico com a Lei Eusébio de Queirós; a queda da produção; o surgimento das primeiras indústrias de transformação, que requeriam mão de obra livre; a lucratividade mínima do trabalho escravo em comparação com o trabalho livre; a crise do café; a chegada dos imigrantes estrangeiros para realizar os trabalhos agrícolas; as campanhas abolicionistas; e as lutas dos próprios escravizados contra o sistema escravagista (MOURA, 1981).

No processo de abolição da escravidão no Brasil, torna-se importante as quatro principais leis que fizeram parte deste sistema. São elas: Lei Eusébio de Queirós de 1850; Lei do Ventre Livre, de 1871; Lei do Sexagenário de 1885; e a Lei Áurea, no ano de 1888. (MOURA, 1981).

A Lei nº 581, Lei Eusébio de Queirós foi promulgada em 4 de setembro de 1850, na qual ficava estabelecida a proibição do tráfico de negros africanos para o

23

Brasil. Depois de 21 anos após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós uma nova Lei passou a vigorar, foi a Lei do Ventre Livre, publicada no dia 28 de setembro de 1871, que considerava livres os filhos de mulher escrava que nascessem a partir daquela data. No entanto, os filhos nascidos ficariam na tutela dos senhores de suas mães, os quais poderiam utilizar dos trabalhos das crianças até a idade de 21 anos completos.

Em 28 de setembro de 1885 entra em vigor a Lei nº 3.270, a Lei do Sexagenário que garantia a liberdade para os escravizados com 60 anos de idade ou mais. Porém, os



sexagenários eram obrigados a prestar serviços gratuitos a seus escravizadores pelo tempo de mais três anos, como forma de indenização pela concessão da alforria. Por fim, três anos após a promulgação da Lei do Sexagenário entrou em vigor a Lei nº 3.353, sancionada no dia 13 de maio de 1888 pela princesa regente do Brasil, Isabel, a lei que daria “Liberdade” a todos os negros escravizados no Brasil.

Esta lei ficou conhecida como Lei Áurea. (Machado; Santos, 2022).

No entanto, após a abolição da escravatura não houve nenhuma forma de assistência para com os negros. O Estado não havia se preparado com ação de políticas públicas para prestar assistência aos negros após sua alforria e muitos se submeteram a continuar de forma desumana. Assim, um caos estabeleceu-se por não disporem de qualificação profissional e não estarem capacitados para realizar outra atividade se não as que costumavam na condição de escravizados.

A esse respeito Hasenbalg (2005 p. 34) afirma:

Desse modo, a mudança no status legal de negros e mulatos não refletiu uma modificação substancial de sua posição social, pois, os ex-escravos e homens livres de cor foram relegados à margem inferior do sistema produtivo, dentro de formas econômicas pré-capitalistas e áreas marginais da economia urbana.

Sendo assim, a população negra ficou desamparada, embora segundo a Lei agora fossem iguais aos brancos em direitos, continuaram relegados aos piores níveis da sociedade, não havendo condições de oportunidades de crescimento e satisfação pessoal quando comparado aos brancos, acima de tudo carregado com os estigmas, estereótipos e rótulos discriminatórios, além do não acesso à terra, saúde, educação, tendo que abrigar-se em cortiços os quais deram origem às atuais favelas, ruas sem asfalto, à beira de ribanceiras de onde muitos até o presente século ainda não têm conseguido sair, gerando verdadeiros aglomerados urbanos, o

24

que evidencia as dificuldades encontrada, pela população negra, para ascender socialmente.

De acordo a Constituição de 1891, em seu “Art. 72 assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade”. E no seu inciso 2º assevera que:

§ 2º - Todos são iguais perante a lei. A República não admite privilégios de nascimento, desconhece foros de nobreza e extingue as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho. (Brasil, 1891).

No entanto, a população negra foi exposta ao abandono, sem a realização de projetos que os integrassem socialmente. O que havia era um movimento conservador que manteve o sistema do latifúndio, e intensificou o racismo como forma de discriminação racial. Com a oferta de mão de obra imigrante, os negros acabaram constituindo-se em um imenso exército industrial de reserva, sem força

política alguma na então Nova República.

Os fazendeiros – em especial os cafeicultores – ganharam uma compensação: a importação da força de trabalho europeia, de baixíssimo custo, bancada pelo poder público. Parte da arrecadação fiscal de todo o País foi desviada para o financiamento da imigração, destinada especialmente ao Sul e Sudeste. [...] Esta foi a reforma complementar ao fim do cativo que se viabilizou. Quanto aos negros, estes ficaram jogados à própria sorte. (Maringoni, 2011, p. 4).

Assim, perante a esse panorama, pode-se observar as expressões da questão social gestando-se, pois nesse momento da chegada dos imigrantes europeus para assumirem o trabalho que antes era compulsório produzido por mão de obra escravizada, nesse contexto instituiu-se o trabalho livre, os negros ficaram fora desse progresso civilizatório.

Diante do cenário pós-abolição, mesmo libertos, os negros precisaram dar continuidade às lutas. No primeiro momento, grande parte dos africanos e dos afro brasileiros continuou a resistir, para se constituírem como sujeitos emancipados; formaram movimentos sociais atuantes, que buscavam mudanças, mas depararam-se, além do racismo, do preconceito, também com a desigualdade sociorracial (Moura, 1983).

De fato, só houve certa preocupação em relação ao destino dos negros enquanto estes eram associados ao trabalho nas lavouras. Não existia nenhuma vontade política de fato que visasse à melhoria de vida dos negros. Assim, o projeto inicial de colocar o negro numa nova posição de trabalho e desenvolver mecanismos

25

de acolhimento que lhes possibilitassem integrar-se naquele contexto e a partir de então reproduzirem-se socialmente como trabalhadores livres, foi deixada de lado. Deste modo, o Estado contribuiu para a constituição de um grupo da população, privado de direitos fundamentais e expostos a situações de desigualdade. Esta conjuntura dá surgimento, entre o final do século XIX e início do século XX, às favelas, as moradias precárias e sem menor infraestrutura, nas quais a população negra foi segregada.

Com o fim da escravidão, pode-se observar no Brasil, a forte miscigenação que ocorreu entre os negros de origem africana, os brancos de origem europeia e os índios nativos do Brasil. No entanto, o racismo ainda persiste por muito tempo de maneira explícita, pública e impune, nos âmbitos privado e público de maneira velada e estrutural. (Almeida, 2019).

Assim, compreende-se, que a desigualdade no Brasil, está associada a vários fatores que se expressam na questão social, como: a má distribuição de renda, desemprego, ineficiência na materialização de políticas públicas como: saúde, educação, moradia, etc.

Nesse sentido, pode-se ressaltar, o Estatuto da Igualdade Racial de 20 de julho de 2010, sob a Lei nº 12.288/10 que, em seu Art. 1º institui e assegura “[...] à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”, como um forte instrumento de luta da população negra brasileira (Brasil, 2010).

Porém, para que a lei se materialize, é necessário o interesse de toda a sociedade brasileira na reconstrução de um país com menos disparidades étnico racial e social, na defesa de direitos historicamente negados e violados à população negra. Esse acolhimento será mostrado através da organização política e da militância, não apenas do Movimento negro, mas de todos os que são contra toda e qualquer forma de preconceito e discriminação.

Sendo assim, as condições sociais dos negros, após a abolição da escravidão, ainda continuaram pautadas na inferiorização, marginalização e regime escravista. A população negra passou a ter outro processo de luta, o de garantir bens sociais, acesso aos espaços educacionais, e combate ao racismo que ainda persiste na sociedade brasileira.

26

### **3 MOVIMENTOS NEGROS NO BRASIL: luta e resistência**

O movimento negro foi marcado por uma trajetória de lutas pelos direitos da população negra, desde o período colonial, com as organizações nos quilombos até o surgimento dos primeiros movimentos de forma institucionalizada. Destaca-se, que as primeiras iniciativas de busca pela ressignificação ainda sob o regime escravista, naquele contexto de lutas nas formações dos quilombos, foi o que impulsionou o Movimento Negro do século XX.

Pode-se afirmar, que os Movimentos Negros têm um papel importante nas políticas de ações afirmativas e na elaboração de políticas específicas em benefício da população negra no Brasil. As lutas desses movimentos sociais sempre foram contra o racismo, as desigualdades sociais e raciais, apontando a necessidade de superação destas desigualdades. Na posição de movimento social, apresentou-se então outro significado para o conceito de raça dando-lhe um viés político, libertador.

Ao ressignificar a raça, o movimento negro indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas. Além disso, dá outra visibilidade à questão étnico-racial, interpretando-a como trunfo e não como empecilho para a construção de uma sociedade mais democrática, onde todos, reconhecidos na sua diferença, sejam tratados igualmente como sujeitos de direitos. (Gomes, 2012, p. 731).

Assim, de acordo com Gomes (2017), compreende-se que o movimento negro questionou a história do Brasil e dos negros (as) na sociedade brasileira a fim de fortalecer a necessidade de outras narrativas, objetivando falar como o racismo opera nas dimensões político-sociais e na vida dos negros (as).

Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político social e cultural. Para o movimento negro a “raça”, e por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elementos de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. (Domingues, 2007, p. 101-102).

Corroborando com o autor acima, Gomes (2017) destaca que o conceito de raça é determinante para o entendimento da necessidade de outros projetos políticos afirmativos e nessa direção para a garantia de direitos, igualdade e melhores condições de vida, como também o direito de acesso aos diversos espaços sociais.

27

Para Gomes (2017), o conceito de raça como construção social possibilita compreendermos que a raça é estruturante, complexa e reforça as desigualdades que existem na sociedade brasileira. E, nessa direção, apresentamos brevemente o protagonismo dos movimentos negros (as) para a formulação de políticas públicas e educacionais para o combate destas desigualdades.

Viana (2015) pontua que, no Brasil, os Movimentos Negros representam um instrumento essencial de luta e resistência da população negra. Ele é constituído por várias entidades e organizações que se articulam para atuarem nos mais variados espaços sociais e, enquanto movimento social, é considerado o mais antigo do país.

Mediante esse fato, se percebe que o movimento negro contemporâneo acumula experiência de gerações, sendo herdeiro de uma memória de lutas que atravessaram praticamente todo o período republicano.

Conforme Viana (2015) todos esses acontecimentos fortaleceram e possibilitaram o surgimento de uma importante entidade para o Movimento Negro que é a Frente Negra Brasileira (FNB). Sobre a FNB destaca-se que:

O valor da imprensa negra, medido pelos resultados alcançados por seus articuladores, construiu memória a respeito dos principais desafios dos negros nos primeiros anos da nossa frágil República. Com a imprensa negra, foram lançadas as sementes para o surgimento da Frente Negra Brasileira (FNB), uma das organizações mais importantes dos movimentos negros brasileiros. Fundada em 16 de setembro de 1931, a frente negra teve seus estatutos aprovados em 12 de outubro do mesmo ano em assembleia com mais de mil pessoas presentes. (Santos, 2014, p. 64).

Santos (2014) ainda ressalta, que a Frente Negra Brasileira exerceu e teve um importante papel para a população negra, tendo uma proporção expressiva em

1936, a qual foi registrada como partido político de negros. No entanto, sua atuação como movimento social para as instituições político-partidárias só se tornou possível com seu crescimento, alcance e aceitação entre os (as) negros (as).

De acordo com Viana (2015), a FNB teve sua atuação até 1937, o golpe do Estado Novo, na ditadura de Getúlio Vargas considerou ilegal toda atividade política naquele momento. No entanto, esse fator não interrompeu as reivindicações da população negra e nem sua articulação e movimento.

Cabe ainda ressaltar outra entidade acerca do movimento negro, muito importante por sua luta contra o racismo, a discriminação e sua contribuição social e

28

cultural que é o Teatro Experimental do Negro (TEN) que, conforme Viana (2015), não desenvolvia apenas atividades artísticas, mas exercia uma função social.

[...] surgiu, em 1944, no Rio de Janeiro, o Teatro Experimental do Negro, ou TEN, que se propunha a resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana europeia, imbuída de conceitos pseudocientíficos sobre a inferioridade da raça negra. Propunha-se o TEN a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte (Nascimento, 2004, p. 210)

O TEN foi idealizado por Abdias do Nascimento e não era somente um grupo de atores e atrizes negros (as), mas sim um grupo representativo que objetivava trabalhar a identidade negra, uma frente na luta antirracista que fortificava a emancipação cultural do povo negro brasileiro, objetivando, assim:

[...] a combater o racismo, que em nenhum outro aspecto da vida brasileira revela tão ostensivamente sua impostura como no teatro, na televisão e no sistema educativo, verdadeiros bastiões da discriminação racial à moda brasileira. No exterior, a elite brasileira propagandeia uma imagem tão distorcida da nossa realidade étnica que podemos classificá-la como uma radical deformação. Essa elite se auto identifica exclusivamente como branco europeia. Em contrapartida, escamoteia o trabalho e a contribuição intelectual e cultural do negro ou invoca nossas "origens africanas" apenas na medida de interesses imediatos, sem, entretanto, modificar sua face primeiramente europeia na representação do país no mundo todo. Da mesma forma, a cultura "brasileira" articulada pela mesma elite eurocentrista invoca da boca para fora a "contribuição cultural africana", enquanto mantém inabalável a premência de sua identificação e aspiração aos valores culturais europeus e/ou norte americanos. (Nascimento, 2004, p. 221).

Em 1955 surge a Associação Cultural do Negro – ACN, que tinha como finalidade lutar pela recuperação social do elemento afro-brasileiro, ficando estabelecido ainda, que toda a sociedade brasileira, poderia ingressar na ACN, sem distinção de raça, cor, credo político, religioso ou filosófico. Nessa fase do Movimento Negro, traz ao cenário brasileiro o discurso racial que passou a ser de afirmação incisiva do afro-brasileiro e a principal estratégia cultural de integração (RODRIGUES, 2018)

Com a ditadura militar de 1964 ficou estabelecido o fim da militância do Movimento Negro temporariamente, o que acabou por fragilizar a luta política dos negros (Domingues, 2007).

Já no final da década de 1970, os movimentos negros retomam a luta, por igualdade racial e antirracista, junto aos outros movimentos populares, sindical e

29

estudantil que, mesmo sob pressões e censura por parte dos militares, se articulavam clandestinamente em suas ações políticas.

Desta forma, foram ressurgindo novos movimentos negros, a exemplo do Grupo Palmares, criado em 1971 em Porto Alegre, esta foi a primeira organização do movimento negro no Brasil que reivindicava e defendia o 20 de novembro como data de comemoração oficial do movimento negro, em substituição ao dia 13 de maio. Em 1976, no Estado do Rio de Janeiro, surge o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras – IPCN. No entanto, todas as ações realizadas não tinham um sentido político de enfrentamento com o regime.

No ano de 1978, na cidade de São Paulo é fundado o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR), e em 1979 passou a ser denominado de Movimento Negro Unificado (MNU). Sua criação é considerada um marco na consolidação do movimento negro contemporâneo (Onofre, 2014).

O Movimento Negro Unificado é considerado um dos principais protagonistas na luta contra o racismo e a discriminação racial no Brasil (DOMINGUES, 2007).

O nascimento do MNU significou um marco na história do protesto negro do país, porque, entre outros motivos, desenvolveu-se a proposta de unificar a luta de todos os grupos e organizações antirracistas em escala nacional. O objetivo era fortalecer o poder político do movimento negro. Nesta nova fase a estratégia que prevaleceu no movimento foi a de combinar a luta do negro com a de todos os oprimidos da sociedade. A tônica era contestar a ordem social vigente e, simultaneamente, desferir a denúncia pública do problema do racismo. Pela primeira vez na história, o movimento negro apregoava como uma de suas palavras de ordem a consigna: “negro no poder!”. [...] O culto da Mãe Preta, visto como símbolo da passividade do negro, passou a ser execrado. O 13 de Maio, dia de comemoração festiva da abolição da escravidão, transformou-se em Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo. A data de celebração do MNU passou a ser o 20 de novembro (presumível dia da morte de Zumbi dos Palmares), a qual foi eleita como Dia Nacional de Consciência Negra. Zumbi, aliás, foi escolhido como símbolo da resistência à opressão racial. Para os ativistas, “Zumbi vive ainda, pois a luta não acabou”. O movimento negro organizado, com suas reivindicações específicas, adquiriu certa visibilidade pública. (Domingues, 2007, p. 114-115)

Nesse sentido, pode-se enfatizar que a amplitude do Movimento Negro Unificado vai além da luta contra a discriminação, visto que também se dirigia aos espaços educacionais formais com propostas para a superação do racismo na escola e visava formar outras lideranças negras. (Viana, 2015).

A década de 1980, é considerada como o ápice do Movimento Negro, pois

Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, e a criminalização da discriminação racial na Constituição Federal de 1988, bem como a criação da Fundação Cultural Palmares – FCP.

O Movimento Negro é o protagonista central que conseguiu dar maior visibilidade ao racismo e sua dinâmica de apagamento no conjunto da sociedade, ao mito da democracia racial, demandando a implicação do Estado para a efetivação da paridade de direitos sociais. Colaboram, para o reconhecimento dessa problemática social e para a construção de uma política para a diversidade e para a educação das relações étnico-raciais na escola, nesse contexto, a Marcha Zumbi dos Palmares (1995), os dados sociodemográficos que demonstram a condição de desigualdade racial divulgados pelo IPEA (2001), a realização da 3ª Conferência de Durban, a criação da SEPPIR (2003) e da SECAD (2004) (Gomes, 2012, p. 23).

Portanto, pode-se evidenciar que uma das grandes vitórias do Movimento Negro foi a conquista da política de ação afirmativa com recorte racial, que visa proporcionar igualdade de oportunidades. Nota-se, desse modo, que o Movimento Negro brasileiro e as novas organizações sociais negras na atualidade, objetivam a superação do racismo, preconceito, bem como a valorização da diferença, em particular da população negra brasileira.

Esta conquista do Movimento Negro é resultado de muitas lutas contra o racismo institucional, o qual segundo o Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional (2013):

O conceito de Racismo Institucional foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, para especificar como se manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições. Para os autores, “trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica

A conquista da política afirmativa possibilita a diminuição da desigualdade entre negros e brancos no mercado de trabalho e no acesso a educação superior, uma vez que as cotas raciais reparam as injustiças vividas pela população negra brasileira. Assim, essa vitória do movimento negro, combate o racismo institucional, o qual tem impacto na vida da população negra no Brasil podendo ser percebido tanto na sua relação direta com os serviços e as instituições que deveriam garantir seus direitos fundamentais. (SILVA, 2017)

#### **4 CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO (CCN-MA): práticas e lutas por direito**

Acompanhando o processo sócio político que deu origem a várias

organizações do movimento social negro, desde a década de 1970, foi criado em São Luís, em 19 de setembro de 1979, o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA) cuja sede atualmente, está localizada na Rua dos Guaranis, s/n, Bairro dos Barés - João Paulo, uma área da periferia urbana de São Luís e tem como objetivo, resgatar a identidade étnico-cultural e a autoestima da população negra (Nunes et al., 2021; Centro de Cultura Negra do Maranhão, 2023). O CCN/MA foi fundado por um grupo de pessoas – negros e negras - que estavam preocupadas com a situação do negro no Brasil e no Maranhão. E assim, foram organizadas várias reuniões, e em lugares diferentes como em centros paroquiais e no espaço da garagem da Mundinha Araújo<sup>3</sup> e também no Laborarte<sup>4</sup> por falta de um espaço físico próprio. Cada vez mais, essas reuniões incorporavam pessoas negras, como o professor Luís Alves Ferreira, conhecido como professor Luizão, a professora Maria Raimunda Araújo, conhecida como Mundinha Araújo, o Dr. Cesário Coimbra e a Dra. Maria Aragão, Jomar Moraes entre outras grandes personalidades da história do Maranhão. Mas, diante da necessidade de um espaço para as articulações políticas e acomodar novos militantes, na década de 1980 adquiriu sua sede própria no bairro do João Paulo em São Luís. (Centro de Cultura Negra do Maranhão, 2023).

O prédio pertencia ao município, e um grupo de militantes conseguiu com um termo de concessão de posse, que o município cedesse por dez anos o espaço como empréstimo. Após a obtenção da concessão, iniciou-se uma luta para reestruturação do antigo casarão, onde os membros da entidade, organizaram-se

<sup>3</sup> Maria Raimunda Araújo (Mundinha) nasceu em São Luís em 08/01/1943. Uma mulher negra ícone da luta do povo negro, hoje uma das referências local e nacional. Cofundadora do CCN-Centro de Cultura Negra do Maranhão (1979) e criadora do Bloco-Afro AKOMABU (1984). Pesquisadora e escritora tem uma história de luta contra o preconceito racial no Maranhão. Disponível em: [https://talentos.fenae.org.br/Detalhe/ArtesVisuais/9884#:~:text=Maria%20Raimunda%20Ara%C3%BAjo%20\(Mundinha\)%20nasceu,%2DAfro%20AKOMABU\(1984\).](https://talentos.fenae.org.br/Detalhe/ArtesVisuais/9884#:~:text=Maria%20Raimunda%20Ara%C3%BAjo%20(Mundinha)%20nasceu,%2DAfro%20AKOMABU(1984).) Acesso em: 15 dez 2023. <sup>4</sup> O LABORARTE é um grupo artístico independente, fundado em 1972, que realiza trabalhos culturais desenvolvidos no Maranhão, produzindo nas áreas de teatro, dança, música, capoeira, artes plásticas, fotografia e literatura. O grupo está sediado em um casarão colonial na rua Jansen Muller, 42, centro histórico da cidade de São Luís do Maranhão. Possui uma programação gratuita permanente que envolve diferentes faixas etárias, e enfatiza o resgate de manifestações culturais tradicionais, tais como oficina de tambor de crioula, oficina de dança do cacuriá, oficinas de teatro, oficina de ritmos populares do Maranhão.

32

para garantir recursos próprios, através de rifas e doações dos próprios integrantes para a realização da reforma do espaço (Marques, 2020).

Ainda de acordo com Marques (2020), com a aquisição do espaço físico, inicia-se de fato a formação política voltada para o enfrentamento ao racismo e suas práticas. Após a estruturação física e política, o CCN/MA, realizou junto ao Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), e organizações de Salvador, o 1º Encontro de Negros e Negras das regiões norte e nordeste, que realizou-se no Estado do Pará.



O Centro de Cultura Negra do Maranhão destaca-se como uma das pioneiras no Brasil a desenvolver trabalhos de estudos relacionados com a questão das comunidades negras rurais quilombolas ou terras de preto. Possui como missão a “conscientização político-cultural e religiosa para resgatar a identidade étnica cultural e autoestima do povo negro, viabilizando ações que contribuam com a promoção de sua organização, em busca de cidadania, combatendo todas as formas de intolerância causada pelo racismo, promovendo os direitos da população negra do Maranhão” (Centro de Cultura Negra do Maranhão, 2023).

Vale ressaltar que a criação do CCN se diferenciou do MNU de São Paulo, pelo fato deste ter a participação direta do meio acadêmico, principalmente da USP, enquanto o CCN partiu de iniciativa de pessoas não ligadas ao meio acadêmico maranhense.

Entretanto, com o decorrer dos anos, a entidade passa a ter vários intelectuais das universidades maranhenses (Nunes et al., 2021).

[...] o CCN-MA criou vários setores que tratavam sobre o negro, como: crianças, mulheres, danças, artes, música, política, esporte, educação e outros. Entretanto, vários desses setores que faziam parte da constituição do referido Centro, no decorrer dos anos criaram seus próprios espaços. [...] Outro destaque foi a luta da incorporação dos direitos dos remanescentes dos quilombolas na Constituição Estadual de 1989. O texto foi aprovado com o seguinte teor: “O Estado reconhecerá e legalizará, na forma da lei, as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”. [...] O eixo educação e Formação desenvolve ações envolvendo crianças, adolescentes, jovens, lideranças rurais, mulheres e professores (as), no sentido de permitir o resgate e o fortalecimento da identidade e autoestima do povo negro (Nunes, et.al, 2021, p. 33819).

Conforme destaca Regis, Pagliosa e Souza (2016), o CCN-MA é considerada como uma entidade do movimento negro brasileiro que desenvolve trabalhos de valorização da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, de reivindicações e de proposição de políticas públicas em benefício da população negra maranhense/brasileira, de formação de novas lideranças negras.

33

O CCN-MA possui também uma biblioteca que se chama Maria Firmina dos Reis que foi inaugurada em 1987, e, é um importante instrumento de fortalecimento do Movimento Negro no Maranhão. A biblioteca conta com um acervo expressivo disponível para pesquisadores, militantes e estudantes (Centro de Cultura Negra do Maranhão, 2023).

#### **4.1 Programas e Projetos sociais e culturais**

O CCN-MA desenvolve uma série de atividades educativas que ressaltam a importância do estudo da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira. Tais ações

procuram formar sujeitos negros(as) que valorizem a identidade coletiva, da qual eles e seus antepassados fazem/fizeram parte. A instituição destaca-se como uma das pioneiras no Brasil a desenvolver trabalhos de estudos relacionados com a questão das comunidades negras rurais quilombolas ou terras de preto (Regis; Pagliosa; Souza, 2016).

As ações realizadas pela entidade oferecem o conhecimento da Historicidade da Cultura Afro-Brasileira e Africana, com o propósito de contribuir para o fortalecimento da identidade e do combate ao racismo e as práticas discriminatórias estereotipadas sobre a população negra. Além disso, o CCN/MA tem resistido ao reivindicar e se articular em políticas para que população negra se constitua enquanto sujeito coletivo de direitos.

O CCN-MA desenvolve diversas ações artístico-culturais como forma de valorização da cultura afro-brasileira e maranhense. Ações essas, específicas e voltadas para alguns programas, como: Programa Saúde e Meio Ambiente; Programa Cultura e Identidade Afro-Brasileira; Programa de Formação e Participação com cidadania e o Programa Políticas Públicas e Direitos Humanos (Regis; Pagliosa; Souza, 2016).

**Programa Saúde e Meio Ambiente** – este programa tem como objetivo garantir assistência integral à saúde de negros e negras e nova atitude do poder público frente aos problemas de saúde dessa população.

**Programa Cultura e Identidade Afro-Brasileira** - visa consolidar e divulgar as manifestações culturais e fortalecer a identidade da população afrodescendente. Dentro desse programa estão incluídos os seguintes projetos:

34

4.1.1 Bloco Afro Akomabu: projeto cultural criado em março de 1984, e tornou-se um dos principais elementos de luta do CCN/MA no enfrentamento e combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial, por meio da preservação e valorização da riqueza cultural do povo negro. Esse projeto tem por objetivo o acesso a formas diferenciadas de saberes, como a música e a dança a partir da necessidade do conhecimento sobre a História e Cultura Africana e Afro Brasileira (Regis; Pagliosa; Souza, 2016, Centro de Cultura Negra do Maranhão, 2023).

4.1.2 Banda Afro Akomabu: foi fundada em 1991 pelo CCN-MA como uma estratégia de preservação e valorização da riqueza cultural negra. Composta por cantores e percussionistas

integrantes do bloco Afro Akomabu, a banda destaca-se pelo seu ritmo musical, com a batida forte do afoxé e da mina, revelando características da religiosidade africana e afro-brasileira (Centro de Cultura Negra do Maranhão, 2023).

4.1.3 Grupo de Dança Afro Abanjá: o Grupo nasceu em 1985 a partir do desejo de algumas pessoas que já faziam parte do Bloco Akomabu de preservar e valorizar a cultura africana por meio da dança afro. Este objetivo se concretiza por meio de oficinas, seminários, debates e diversas apresentações artísticas (Centro de Cultura Negra do Maranhão, 2023).

4.1.4 Projeto Akô Erê: esse projeto utiliza a comunicação, arte e cultura africana e brasileira como bases para uma ação educativa que trabalha as relações étnicas e raciais e o incentivo à educação formal com crianças e adolescentes do entorno da sede da entidade. Desenvolve oficinas de dança afro e popular, percussão afro, informática básica, cidadania, contação de histórias africanas, combate ao racismo e rodas de leitura.

4.1.5 Ponto de Cultura – Cultura e Identidade Afro Brasileira: surgiu da necessidade de uma intervenção junto

35

aos adolescentes e jovens na busca por alternativas de inserção no mundo do trabalho e da necessidade de interagirmos na construção de projetos de vida, refletindo sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, a identidade cultural e étnica, a autoestima, solidariedade e fortalecimento da luta contra o racismo.

**Programa de Formação e Participação com Cidadania** - evidencia a participação mais atuante nos movimentos sociais, propiciando uma cidadania efetiva. Seu propósito consiste na defesa de direitos e possibilita a cada negro e negra, a construção de novas posturas frente à organização da vida econômica, social e política. Por meio desse programa é desenvolvido o seguinte projeto:

a) Projeto Quilombo: Resistência Negra (PQRN): projeto que atua em comunidades negras rurais, contribuindo com o processo de formação de identidade racial e fortalecimento da autoestima de crianças, adolescentes, jovens, mulheres e lideranças, e ainda no estabelecimento de uma pedagogia plurirracial com professoras (es) e alunos das escolas situadas nas comunidades quilombolas.

**Programa Políticas Públicas e Direitos Humanos** - possui como finalidade associar direitos civis; direitos políticos; direitos econômicos e sociais e

direito à fraternidade. Esse programa inclui o seguinte projeto:

a) Projeto Vida de Negro - PVN: através desse projeto o CCN-MA e as Comunidades Negras Rurais Quilombolas ou Terras de Preto no Maranhão têm por objetivo realizar o levantamento das “Terras de Preto” ou “Terras de Quilombos” do Maranhão, registrando suas formas de uso da terra, seus costumes e tradições culturais e religiosas, bem como a posterior intervenção jurídica naquelas que se encontram com problemas fundiários, visando à legalização e titulação de suas terras seculares (Centro de Cultura Negra do Maranhão, 2023).

O Projeto Vida de Negro surgiu em 1987, e tornou-se referência para comunidades quilombolas de outros estados do país e contribuiu para a formação de um movimento nacional que reivindicasse o cumprimento do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, relativo à titulação das Terras de Quilombo que estabelece que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Desse modo, o CCN-MA por meio de seus programas desenvolve projetos que contribuem para que a população negra desperte para uma consciência

emancipatória, através do conhecimento histórico e dos instrumentos utilizados, reivindicar políticas públicas que garantam melhor qualidade de vida para essa população, e contribuir para a efetivação dos direitos humanos e por uma Democracia Racial.

Ressalta-se que o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN – MA) juntamente com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, mapearam comunidades quilombolas entre abril de 1988 e novembro de 2007, obtiveram os dados de 527 terras de preto ou comunidades negras rurais quilombolas no Maranhão, cujas áreas foram registradas 263 comunidades. Estas informações foram importantes para a contribuição na justificativa da construção do curso Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros na UFMA, voltado para discussões dessas temáticas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2018).

De acordo com Cruz (2019), o CCN-MA foi importante também no avanço das políticas públicas voltadas para a população negra maranhense, com a criação do Conselho Municipal das Populações Afrodescendentes – Comafro da capital do Estado, São Luís e a Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial do Maranhão – SEIR. Sempre preocupados com as crianças e os adolescentes, a entidade desenvolveu o Curso Pré-Vestibular Negros em Ação; Projeto Akô Erês; Projeto Sonho dos Erês e Projeto Arte do Erê, ofertando preparatório para o vestibular e

ENEM, além de aulas de artes visuais, música e dança para o público infanto-juvenil. Vale ainda destacar, que um dos principais avanços para o Movimento Negro e todos os militantes, foi a inauguração, em 2015, da primeira Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros do país, na Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Criada a partir da proposição do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB da UFMA, que é constituída por estudantes, funcionários (as), docentes da instituição entre outros colaboradores (as) que não tinham ligação direta com a Universidade. Essa conquista resulta das lutas históricas empreendidas pela população negra para assegurar seus direitos à história, à memória (Regis; Pagliosa; Souza, 2016).

Portanto, pode-se perceber que a entidade, tem como objetivo a educação não apenas pura e simples, mas a que possibilite a emancipação dos seus atores sociais, e conhecimento na luta antirracista, levando através dos seus projetos culturais a valorização do sujeito negro e trazer para toda a sociedade, reivindicações e proposições para a superação das desigualdades étnico-raciais.

37

## **5 ANÁLISE E DICUSSÃO DOS RESULTADOS**

Para a análise e discussão dos resultados, foram levantadas informações obtidas através da pesquisa bibliográfica no qual foram discutidas conforme o problema da pesquisa e o objetivo proposto, bem como por meio de um questionário com perguntas abertas, contendo 6 questões e entrevistas aplicadas a alguns membros do CCN-MA para a obtenção das informações relacionadas ao tema.

Chizzotti (2006, p. 55), contribui sobre o tema ao enfatizar que:

Os questionários são, em geral, testados: respondidos por alguns presumíveis informantes, para se identificar problemas de linguagem, de estruturas lógicas ou das demais circunstâncias que podem prejudicar o instrumento. [...] os questionários devem estar adequados ao tipo e ao objetivo de diferentes pesquisas.

Nos questionários direcionados aos Membros do CCN-MA, buscou-se investigar, as informações passadas por eles sobre a importância das práticas e ações sociais e educativas do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA), para a construção e valorização da identidade negra. Os dados coletados foram analisados de forma que, ao final, obteve-se informações acerca do assunto pesquisado. Assim sendo, estes instrumentos de coleta de dados foram entregues a 04 pessoas do CCN-MA, chegando aos resultados a seguir.

### **5.1 Análise dos dados do CCN-MA**

A análise dos dados coletados foi interpretada a partir da fala dos informantes no que se refere as práticas e ações sociais e educativas do Centro de

Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA) que apresentou as seguintes averiguações.

Primeiramente foi perguntado a primeira entrevistada sobre sua função no CCN, ao que respondeu que atualmente está como membro do Conselho Consultivo.

Em seguida foi perguntado se conhecia o contexto histórico e político da fundação do CCN, ao que a entrevistada destacou que sim, e relatou a seguinte fala conforme transcrita abaixo:

A criação do CCN foi o resultado do debate entre servidores públicos estaduais, estudantes, profissionais liberais que culminou com a realização de uma ampla reunião com a presença de Gilberto Gil, de Neiva Moreira (editor dos Cadernos do Terceiro Mundo) na sede da Sociedade Maranhense de Direitos, na Rua da Saavedra, em setembro de 1979,

38

finalizamos com a definição dos dias e horários dos nossos encontros semanais que aconteciam na sede do Laborarte, sedido pelo então diretor Tácito Borralho.

Em maio de 1980 realizamos a I Semana do Negro do Maranhão na sede do sindicato dos carroceiros, na Rua de São Pantaleão, com a presença do convidado Estevam Maia que residia em São Paulo.

Nota-se que a construção do CCN teve uma vasta sensibilização, que mobilizou uma rede de instituições e pessoas preocupadas com questões como respeito e lugar de fala da população negra.

Em relação aos grupos artísticos pertencentes ao CCN a respondente destacou que, enquanto entidade, o Centro gerou internamente: Grupo de Dança Abanjá; Bloco Akomabu. E, externamente: GDAM; Abibimã; Filhos de Nanã e outros grupos em vários municípios.

No que se refere as ações que o CCN possui com a comunidade onde está inserida, a mesma respondeu o seguinte:

As primeiras ações de manutenção do território rurais ocorreram no início nos anos 80 / 90:

- ✓Mandacaru dos Negros (Caxias) - Mundinha Araújo e Silvia Leite;
- ✓Sta. Terezinha e Itamatatuia (Alcântara) - Mundinha Araújo;
- ✓Damasio (Guarações) - Silvia Leite, Avelino Jansen e Luís Mendes;
- ✓Frechal (Mirinzal) - Silvia Leite, Cláudio Farias, Ricard Gregory (antropóloga alemã).

Em seguida o Projeto Vida de Negro assume o protagonismo do trabalho de levantamento das comunidades rurais até vir a lei federal que as tornam quilombos reconhecidos - Avelino Jansen, Marluce Pastor, Marinildes, Ivan Costa, Magno Cruz, Vieira, Celia, Luís Fernando.

Até os dias atuais o Projeto Vida de Negro trabalha nos quilombos com aporte financeiro da financiadoras entre elas a Fundação Ford e Mesereou - Fátima, Ana Amelia, Ligia, Célia (Entrevistado 1).

Sobre as atividades desenvolvidas atualmente pelo CCN, a informante descreveu assim:

São 44 anos de atuação com ações tanto no contexto urbano e rural com ações destinados aos militantes, ativistas e moradores das localidades envolvidas

- ✓ Palestra, capacitação, formação, seminários

✓ Atividades culturais (dança / teatro)

✓ Pesquisas

✓ Encontros Locais, Estaduais, Regionais e Nacionais

O quadro de associados do CCN era constituído por profissionais de nível superior e médio de diversas áreas que atualmente ampliou para pos doctor, doutorado, mestrado.

A cultura negra vivenciada no Maranhão é diversa com base nas raízes africanas e indígenas

Nos anos 70 e 80 negros e negras procedentes do São Paulo e Bahia encontraram suas raízes no Maranhão e até hoje estão vinculados ao CCN

– Prof. Carlos Benedito, Profa Lúcia Gatto, fotografo Roberto Cazau, Marta  
39

Andrade e tantos outros.

São 4 décadas de aprendizagem que levou várias militantes a atuarem profissionalmente em espaços institucionais no Maranhão, Brasil e no Exterior. (Entrevistado 1).

Verifica-se assim, que o CCN desenvolveu-se com bastante força, no que tange as influências culturais e intelectuais diversas, dos indivíduos envolvidos, o que contribuiu e contribui no decorrer de sua atuação em reivindicações de direitos as pessoas negras.

O segundo entrevistado é membro do CCN há 11 anos e é integrante da Comissão Akomabu. Sobre o contexto histórico e político da fundação do CCN, ele ressaltou que o CCN foi fundado em 1979, como forma de resposta ao racismo existente na sociedade maranhense durante o contexto da ditadura militar. Envolveu pessoas negras de diferentes idades, escolaridades, origens regionais do estado, escolaridades e profissões no intuito de lutar pelos direitos da população negra do Maranhão e do Brasil.

No que se refere as atividades desenvolvidas pelo CCN, o mesmo enfatizou que o Centro desenvolve palestras, formações políticas, atividades culturais, representação em instâncias de participação popular, projetos sociais com financiamento de órgãos de fomento, dentre outras.

O terceiro entrevistado está há 11 anos como militante no Centro de Cultura Negra participando ainda da Banda Afro Akomabu, do grupo de dança Afro Abanjá, ficou à frente também da bateria do Bloco Akomabu, participou ainda da Comissão Akomabu e hoje está apenas como um militante, um membro da Instituição que ajuda em algumas atividades, pois atualmente não pode estar tão presente como antes.

Quando perguntado sobre a fundação, o militante diz que

O Centro de Cultura Negra também sentiu necessidade de ter discussão, sobre a população negra em forma geral, e antes de ir para o espaço do João Paulo, o Centro de Cultura Negra se organizava em vários outros espaços, como na Igreja Católica, se organizou também no Laborarte, até chegar na sede no João Paulo, no Barés.

Na época, algumas pessoas achavam que não havia racismo, que não havia a necessidade disso tudo, porque não tinha racismo, que isso era coisa da cabeça daquela galera da época, só que o CCN fez um trabalho muito bonito, de

conscientização, trabalho de empoderamento daquela juventude e o bloco Afro Akomabu é um grande exemplo disso, que chegou até a reunir em torno de quatro, cinco mil pessoas na época de 84, 86, 87, o Centro de Cultura Negra foi muito fundamental na conscientização, no empoderamento, na vida da população negra maranhense (entrevistado 3).

40

Observou-se que o Centro de Cultura Negra desempenhou/a um papel fundamental na promoção da cultura afro-brasileira e na conscientização política da população negra, no Maranhão. Com destaque aos grupos artísticos como o Grupo de Dança Afro Abanjá, o Bloco Afro Akomabu e a Banda Afro Akomabu.

O entrevistado 3 mencionou que o Grupo de Dança Afro Abanjá, além de suas atividades artísticas, também se envolve em ações políticas, organizando seminários, debates e oficinas na comunidade.

Ele citou também o Bloco Afro Akomabu, o qual conseguiu trazer participantes para discussões políticas por meio de dança, música e arte, ampliando assim o número de militantes do CCN.

O quarto entrevistado chegou ao Centro de Cultura Negra do Maranhão por volta de 1996, 1997. E atualmente é membro da Coordenação Geral, Coordenador de Finanças e técnico do Projeto Vida de Negro.

Sobre o contexto histórico e político da fundação do CCN, o mesmo ressaltou que:

O CCN é uma iniciativa de um grupo de negras e negros que se articularam no final da década de 1970 para fundar uma instituição que contribuísse para a organização política e cultural do negro no Maranhão. A história de fundação do Centro está diretamente relacionada com o contexto de luta da população negra, que visa sua inclusão social na sociedade brasileira, a partir do conhecimento e valorização de sua história, ancestralidade e negritude que resultam, entre outras coisas, no fortalecimento de sua autoestima, protagonismo e organização, como forma de enfrentamento do processo de marginalização ao qual essa população foi submetida após a lei áurea, bem como enfrentamento de todas as formas de intolerâncias causadas pelo racismo (Entrevistado 4).

Sobre os grupos artísticos pertencentes ao CCN, o entrevistado mencionou que hoje tem-se quatro grupos artísticos na instituição: Bloco Afro Akomabu, grupo de dança Afro Abanjá, Banda Afro Akomabu e o Projeto Acoerês. Conforme o respondente:

O Bloco Afro Akomabu é uma ação do CCN criada em 1984, figura como primeiro bloco afro do Maranhão, surge com a perspectiva de agregar, de congregar a militância do CCN no período do carnaval, já que boa parte da sua militância participava de grupos carnavalescos no período do carnaval, escolas de samba, blocos alternativos, blocos organizados da época, então boa parte dos militantes participavam desses grupos carnavalescos e isso resultava nos esvaziamento e numa dispersão da instituição nesse período do carnaval. Então se pensou em criar uma atividade, um grupo artístico no período do carnaval para manter ali a militância reunida, congregada ali naquele período momesco. Então foi muito pensado nessa perspectiva, mais do entretenimento de ser um instrumento de congregação, de aglutinar a galera ali naquele período do carnaval. Mas aí o Akomabu vai se transformando na verdade depois da transcende, esse caráter primeiramente congregador de pessoas e passa a ser um grande instrumento político cultural do CCN (Entrevistado 4).

41



Percebeu-se que gradativamente o Akomabu foi se estabelecendo como uma grande ação de combate ao racismo, preconceito racial, discriminação racial, que segundo o coordenador, foi se realizando por meio de ações lúdicas, como músicas, cantos, danças, uso de indumentarias, divulgando assim, as ideias do Centro de Cultura Negra do Maranhão, uma vez que o bloco tem um caráter político, e transmite mensagens relacionadas a história e cultura afro-brasileira.

É relevante destacar três principais grupos dentro do Centro de Cultura Negra do Maranhão: o Bloco Afro Akomabu, o Grupo de Dança Afro Abanjá e a Banda Afro Akomabu. Esses grupos trabalham juntos para promover a preservação, transmissão, valorização e difusão da cultura afro-brasileira. O Bloco Afro Akomabu é considerado a principal atividade cultural da instituição, sendo um instrumento político para transmitir mensagens à sociedade.

Outra atividade importante no CCN é o Projeto Acoerês, que visa atender crianças e adolescentes, promovendo a construção da cidadania por meio das linguagens artísticas. Esse projeto está dividido em quatro programas: Cultura e Identidade Afro Brasileira; Estudos e Pesquisas; Políticas Públicas e Direitos Humanos, e Meio Ambiente Saúde.

Conforme o quarto entrevistado o Projeto Acoerês é

Mais destinado as crianças, adolescentes e jovens, também tem um grupo formado através dessas oficinas, que vão para as apresentações de atividades relacionadas aos direitos das crianças e dos adolescentes da cidade de São Luís. Então, assim quando tem uma atividade relacionada com a garantia dos direitos da infância e que a agente somos convidados, quem vai no geral é o Projeto Acoerês. Que é um nome que significa bênçãos de crianças, Erês crianças, que tem esse nome a partir de outros nomes que tiveram lá trás. Na verdade, Acoerês é o reflexo de toda uma trajetória de atuação que CCN tem nessa área, nessa linha da garantia dos direitos das crianças e adolescentes (entrevistado 4)

Em relação as ações do CCN realizadas, o entrevistado 4 respondeu que atualmente

Suas ações são divididas em 04 programas: Programa Cultura e Identidade Afro Brasileira, que envolve os grupos artísticos; o Programa de Estudos e Pesquisas, que é mais relacionados a questão de pesquisas, estudos da formação de seus militantes, o Programa Políticas Públicas e Direitos Humanos, que vai ter como carro chefe o projeto Vida de Negro que atua nas comunidades negras rurais quilombolas, visando a titulação de suas terras, a região Itapecuru, Baixada Maranhense, Alcântara, Baixo Parnaíba, ou seja, são regiões que a gente tem atuação fora de São Luís, além da zona rural de São Luís também. Então a gente tem essas atividades relacionadas a esses programas e tem o programa chamado Meio Ambiente Saúde, que atualmente a gente não tem atividade ativa nesse programa. Mas todas essas ações que eu citei, elas são desenvolvidas com a nossa comunidade que está inserida aqui entorno: Barés, João Paulo, Coroadó, Redenção, Jordoa, Salina do João

Operária que é um pouco mais distante, mas também chega grupos atendidos (entrevistado 4).

Observa – se que o Centro de Cultura Negra do Maranhão atua, em geral, com a comunidade local, oferecendo atividades culturais, palestras, oficinas e ações sociais. Ressaltando, que as ações incluem eventos como a Semana do Negro, em alusão ao 13 de maio, e a Semana da Consciência Negra, em referência ao 20 de novembro, o movimento tem envolvimento com diversas comunidades, escolas, universidades e outras instituições para disseminar a cultura afro-brasileira e combater o preconceito.

Observa - se que o Akomobu foi bastante citado pelos entrevistados, assim, é importante ressaltar que várias personalidades do bloco contribuíram na luta antirracistas, entrelaçando suas histórias ao bloco, figuras como Maria Raimunda Araujo (Mundinha), Paulo Henrique Nascimento Aguiar (Paulinho Akomabu), Célia Sampaio, Walkerlene Soeiro, Antônio Tadeu Tavares (Tadeu de Obatalá), José de Ribamar Alves (Careca do Akomabu) e Carlos Benedito Rodrigues da Silva (Carlão Rastafari), foram fundamentais na valorização da identidade, da cultura, da religiosidade da população negra e no combate ao racismo, por meio do bloco Afro Akomabu.

43

## **6- CONCLUSÃO**

Com esta pesquisa apresentada concluiu-se que a história do negro no Brasil é marcada, além da submissão, por resistência à escravização, como lutas, fugas, revoltas e a criação de quilombos por escravizados fugitivos, mostrando que, mesmo diante da opressão, os negros organizaram diversas estratégias de resistência em busca de liberdade.

As fugas, rebeliões e formações de quilombos eram estratégias de resistências, tendo os quilombos como verdadeiras fortalezas que ofereciam segurança e convivência, eram símbolos de liberdade, acolhendo não apenas os que fugiam da escravização, mas também, diversos grupos excluídos e insatisfeitos com a colonização.

No Brasil, a abolição da escravidão no século XIX resultou de conflitos entre a classe agrária escravagista e classe composta por diversos setores sociais contrários à escravidão.

Após a abolição, a população negra enfrentou a falta de assistência do Estado, resultando em condições precárias. Mesmo legalmente iguais, os negros foram marginalizados, sem oportunidades e sujeitos a estigmas discriminatórios. A falta de políticas públicas e a oferta de mão de obra imigrante contribuíram para a exclusão dos negros do progresso econômico.

Mesmo libertos, os negros enfrentaram resistência, racismo e desigualdade

sociorracial. Após a abolição, a população negra continua lutando por igualdade de oportunidades, acesso à educação e combate ao racismo.

Dessa forma, o movimento negro no Brasil tem uma trajetória marcada por lutas desde o período colonial, começando com as organizações nos quilombos e impulsionando movimentos posteriores que, desde o final do século XX, desempenham um papel crucial nas políticas de ações afirmativas e na formulação de políticas específicas para a população negra, abordando questões como racismo e desigualdades sociais e raciais.

O protagonismo dos movimentos negros se destaca desde o período colonial até os dias atuais, em que diversos movimentos negros atuaram em uma diversidade de área da sociedade, como na educação, cultura, entre outros.

A conquista da política de ação afirmativa com recorte racial foi uma das grandes vitórias, visando proporcionar igualdade de oportunidades. O movimento

44

negro brasileiro continua buscando a superação do racismo, preconceito e a valorização da diferença, especialmente da população negra.

Com esta perspectiva o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA), foi desenvolvido com o intuito de promover a conscientização político-cultural e religiosa, para resgatar a identidade étnica, cultural e autoestima da população negra, combatendo formas de intolerância causadas pelo racismo e promovendo os direitos da população negra do Maranhão.

Este movimento se dedicou e se dedica a temáticas diversas, que envolvem crianças, mulheres, danças, artes, música, política, esporte e educação, sobretudo, direitos das comunidades quilombolas.

Observou-se, que esta entidade promove ações que visam resgatar e fortalecer a identidade e autoestima do povo negro, seja crianças, adolescentes, jovens, lideranças rurais, mulheres, entre outros. Ressalta-se que o CCN – MA, reconhecido como parte do movimento negro brasileiro, realiza trabalhos de valorização da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, reivindicando e propondo políticas públicas em benefício da população negra, além de realizar formação de novas lideranças.

Verificou-se, assim, que os membros pertencentes ao CCN ao falarem de suas trajetórias, citam com orgulho a contribuição deste centro de cultura em seus crescimentos, as ações do CCN ajudaram a criar em seus integrantes a consciência na participação da luta antirracista, levando esta prática para seu dia a dia.

45

ALMEIDA, Silvío Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo. Editora. Pólen, 2019. política migratória – CCN/MA. **Manual de orientação e informação das leis de combate a discriminação racial contra o povo negro**. 2010.

CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO. **Quem Somos**. Disponível em: <https://ccnma.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 10 set 2023.

\_\_\_\_\_. **Conheça Nossos Programs e Projetos**. Disponível em: <https://ccnma.org.br/programas-e-projetos/> Acesso em: 10 set 2023.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COSTA, Emília Viottida. **Da senzala à colônia**. 5. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2012.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro**: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

GENNARI, Emilio. **Em busca da liberdade**: traços das lutas escravas no Brasil. São Paulo: Editora Popular, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES. Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Editora Globo Livros, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, Editora Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 727-744, 2012.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: UGMG, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: Território brasileiro e povoamento. <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros#:~:text=Desembarque%20estimado%20de%20africanos%20no,1531%2D1575%20a%201771%2D1780&text=Fonte%3A%20INSTITUTO%20BRASIL%20DE%20GEOGRAFIA,Rio%20de%20Janeiro%2C%202000>. Acesso em: 21 set. 2023.

LEITE, M. J. S. Tráfico atlântico, escravidão e resistência no Brasil. **Sankofa – Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 64-82, 2017.

MACHADO, Pedro Henrique; SANTOS, Samara Silva dos. Memórias do Brasil: Invasão, Tráfico de Negros e Violência. **Contexto & Educação**, ano 37, n. 116, jan./abr. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatório

publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2013.

MARINGONI, Gilberto. **História: o destino dos negros após a abolição**. São Paulo: IPEA, 2011. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23). Acesso em: 25 ago. 2023.

MATTOS, Regian e Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2012.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 5. ed. Teresina: EdUESPI, 2021.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas**. 6. ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2020.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

MOURA, Clóvis. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Editora Global, 1983.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5. ed. São Paulo: Atlântica, 2019.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Editora Global; 2006.

NUNES, Antonio de Assis Cruz et al. O centro de cultura negra do Maranhão no contexto das ações afirmativas. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 4, p. 33813-33823, 2021.

REGIS, Kátia Evangelista; PAGLIOSA, Marcelo; SOUZA, Gracy Kelly. As lutas e proposições do movimento negro: o bloco afro akomabu do centro de cultura negra do maranhão (CCN-MA). **Revista e-Curriculum**, v. 14, n. 2, abr.-jun., p. 493-518, 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2017.

Silva, Marcos Antonio Batista da. Racismo institucional: pontos para reflexão. **Laplage em Revista**. v. 3, n. 1, 2017.

SOUZA, José Clécio Silva e. História da África e cultura afro-brasileira: desafios e possibilidades no contexto escolar. **Revista Educação Pública - História da África e cultura afro-brasileira: desafios e possibilidades no contexto escola**. v. 16, n. 12, 2023.

47

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. **Quilombos: identidade e história**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Projeto Político- Pedagógico. Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro- Brasileiros. São Luís:

## Apêndices

### APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

- 1) Qual seu nome completo e há quanto tempo é membro do CCN? 2) Atualmente qual sua função no CCN?
- 3) Você conhece o contexto histórico e político da fundação do CCN? Caso sim, comente sobre esse momento.
- 4) Quantos são e quais são os grupos artístico pertencentes ao CCN? (caso saiba, favor comentar a história da formação desses grupos e o que mais julgar importante)
- 5) O CCN tem ações com a comunidade onde está inserido? Caso sim, fale um pouco sobre essas ações (como começou; quem são os agentes envolvidos; público alvo e o que julgar importante)
- 6) Atualmente quais atividades que o CCN está desenvolvendo? (Descreva essas práticas – citar se for palestras, ações a longo prazo com determinadas comunidades; quais cidades; bairros; onde funciona; como funciona; público alvo; agentes envolvidos; tempo de existência).